

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

PROCESSO SEI021219/2026

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A presente contratação tem por finalidade viabilizar a apuração, revisão e identificação de créditos tributários relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), incidentes sobre os pagamentos realizados pelo Município de Ponta Grossa, abrangendo a administração direta e indireta, referentes aos últimos 60 (sessenta) meses.

A apuração considerará o período de até 60 (sessenta) meses, observados os prazos prescricionais aplicáveis, sendo passíveis de recuperação apenas os créditos não prescritos.

A necessidade decorre da consolidação do entendimento jurídico estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 1.130, que reconheceu a titularidade dos entes subnacionais sobre as receitas de IRRF incidentes sobre pagamentos por eles realizados.

Apesar dessa previsão, verifica-se a ausência de estrutura técnica especializada e de ferramentas adequadas para análise massiva de dados fiscais, o que dificulta a identificação de valores recolhidos indevidamente ou a menor, resultando em potencial perda de receitas públicas.

Dessa forma, a contratação visa suprir essa lacuna técnica, proporcionando subsídios qualificados para a atuação administrativa do setor contábil e da Procuradoria Geral do Município, contribuindo para a eficiência da gestão fiscal e incremento da arrecadação.

3. ÁREA DEMANDANTE:

Secretaria Municipal da Fazenda

4. OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de apuração, revisão e identificação de créditos tributários de IRRF, com disponibilização de subsídios técnicos destinados à atuação administrativa e judicial do Município.

5. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE:

Serviço técnico especializado – 01 contratação, conforme escopo definido.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Para a execução do objeto, a solução deverá contemplar:

- Execução por empresa especializada em auditoria e consultoria tributária aplicada ao setor público;
- Comprovação de experiência em serviços similares;
- Utilização de plataforma tecnológica própria como ferramenta de apoio à execução dos serviços;
- Disponibilização de acesso à Administração exclusivamente para consulta e acompanhamento;
- Elaboração de relatórios técnicos detalhados, contendo memória de cálculo, fundamentos legais e identificação dos créditos;
- Geração de documentos aptos a subsidiar a instrução de processos administrativos e judiciais;
- Elaboração de minutas técnicas de peças processuais, contendo fundamentação legal e demonstração dos créditos apurados, aptas a subsidiar a atuação da Procuradoria Geral do Município, especialmente para eventual propositura de medidas judiciais, vedada a prática de atos privativos de advocacia;
- A remuneração estará condicionada à comprovação de vínculo direto entre os créditos recuperados e os serviços executados pela contratada.
- Observância à legislação tributária vigente e às normas da Administração Pública.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

A contratação será realizada mediante remuneração por parcela de sucesso, incidente exclusivamente sobre os valores efetivamente recuperados. Não há custo inicial para a Administração.

Foram consideradas as seguintes alternativas:

- a) Execução interna: Elevada demanda de servidores; Alto risco de erros e Baixa eficiência (inviável);
- b) Processo manual: Volume elevado de dados (60 meses); Complexidade tributária (inviável);
- c) Desenvolvimento de solução própria: Alto custo; Necessidade de equipe especializada (inviável);
- d) Contratação de empresa especializada (solução escolhida - vantajosa)
 - Acesso à expertise técnica
 - Uso de tecnologia já consolidada
 - Maior eficiência e precisão

Verifica-se, em contratações similares, a adoção de percentuais variáveis de remuneração, definidos conforme a complexidade do objeto e as condições de mercado.

Nesse contexto, a Administração estabeleceu o percentual máximo de até 20% (vinte por cento), não como valor fixo, mas como limite para fins de julgamento, assegurando competitividade e permitindo a obtenção de propostas mais vantajosas por meio da disputa entre licitantes.

Considerando a adoção do modelo de remuneração por sucesso e a impossibilidade de estimar com precisão o montante a ser recuperado, estabelece-se, para fins de controle orçamentário, o valor máximo da contratação em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), correspondente ao limite máximo de remuneração da contratada.

Embora exista uma estimativa preliminar de potencial de recuperação, optou-se por não fixar valor estimado no presente estudo, uma vez que tal apuração depende de análise técnica aprofundada dos dados fiscais, podendo a utilização de valores não auditados comprometer a fidedignidade das informações. Dessa forma, a definição dos créditos passíveis de recuperação constitui objeto da própria contratação.

Ademais, há o risco de não identificação de créditos passíveis de recuperação, o qual é mitigado pela adoção do modelo de remuneração por sucesso, que não gera custos à Administração na ausência de resultados.

A remuneração somente será devida após o reconhecimento dos créditos e o efetivo ingresso dos valores nos cofres públicos, em conformidade com o modelo de pagamento por sucesso adotado.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução consiste na contratação de serviços técnicos especializados que envolvem:

- Auditoria de documentos fiscais e financeiros;
- Cruzamento de dados tributários;
- Identificação de inconsistências;
- Apuração de créditos de IRRF;
- Elaboração de relatórios analíticos e sintéticos;
- Estruturação de informações técnicas e elaboração de minutas de documentos que subsidiem a atuação administrativa e judicial do Município, especialmente para instrução de processos e eventual propositura de ações pela Procuradoria Geral do Município.

A execução deverá contar com o uso de plataforma tecnológica própria da contratada, utilizada exclusivamente como ferramenta de apoio à execução dos serviços, não se

caracterizando como objeto da contratação.

A contratação de empresa especializada se mostra a alternativa mais eficiente e economicamente viável, considerando:

- Complexidade técnica do objeto
- Volume de dados a serem analisados
- Necessidade de precisão e conformidade legal
- Ausência de estrutura interna adequada

Além disso, a remuneração estará condicionada à comprovação de vínculo direto entre os créditos recuperados e os serviços executados pela contratada.

A adoção do critério de menor percentual de sucesso, aliada à exigência de Prova de Conceito com caráter eliminatório, garante a seleção da proposta mais vantajosa, conciliando economicidade e capacidade técnica, sem prejuízo da qualidade da execução.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Não se aplica o parcelamento, pois o objeto consiste em serviço de natureza indivisível e exige execução integrada, sob responsabilidade única da contratada.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes necessárias para a execução do objeto.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

A contratação não consta no Plano de Contratações Anual, tendo sido identificada posteriormente, em razão da oportunidade de recuperação de receitas públicas. Destaca-se que a remuneração da contratada será condicionada ao sucesso, incidindo exclusivamente sobre os valores efetivamente recuperados, o que afasta a geração de despesas sem a correspondente entrada de receita, garantindo economicidade e mitigação de riscos ao erário.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS:

Para a efetiva contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- a) Disponibilização de dados e documentos.
- b) Designação de fiscais do contrato.
- c) Acompanhamento da execução.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Não há impactos ambientais relevantes, considerando que a execução ocorrerá majoritariamente em meio digital.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante do exposto, conclui-se que a contratação é necessária, viável e adequada ao interesse público, sendo a solução proposta a mais eficiente para atendimento da demanda.

Ponta Grossa, 02 de abril de 2026.

Assinado por:

Gerson Luiz Bacovis

06/04/2026 - 13:57

QYKJ02JGRAYYC9KZ9H3SSW

GERSON LUIZ BACOVIS
Técnico Administrativo II - Assistente de Administração I
COORDENADORIA DO ISS